

**PARTE IV - *MOÇÕES APROVADAS NA I CONFERÊNCIA
DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFES***

MOÇÃO 1 – SEGURANÇA E PM NA UFES

Repudiamos a parceria da UFES com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo, que estabelece um convênio com a Polícia Militar no campus da Universidade Federal do Espírito Santo, uma vez que entendemos que policiamento ostensivo não é sinônimo de segurança.

A ausência do diálogo e de uma construção coletiva da temática de Segurança na universidade demonstra uma contradição do discurso da campanha da chapa da Reitoria, uma vez, que tal campanha foi pautada no diálogo e nos direitos humanos. Essa ação é uma atitude excludente, uma vez que os corpos que são cotidianamente alvo da intervenção militar são os mesmos corpos que não são bem-vindos dentro da universidade, configurando assim uma manutenção do Racismo institucional e aprofundamento do distanciamento da UFES com a comunidade externa. Vale lembrar ainda que certas violências são tratadas com silenciamento por parte da administração central, como as recorrentes denúncias de estupro e assédios, para essas violências há um silenciamento de ações. Perguntamos, por que?

Queremos uma construção coletiva do Plano de Segurança Pública, que seja paritário contemplando toda a comunidade acadêmica, professores, técnicos e estudantes, além da sociedade civil. E que seja ampliada a ideia de segurança universitária, contemplando, acesso e ocupação de espaços, iluminação e dinamização de atividades institucionais no período noturno.

MOÇÃO 2 - CRIMINALIZAÇÃO DE COLETIVOS E PESSOAS NEGRAS

Monção de repúdio contra a criminalização de coletivos e pessoas negras, por meio de processos administrativos e perseguição.

Por princípio, entende-se que a participação na vida política institucional é direito de todas e todos que atuam no espaço acadêmico. Sabemos igualmente que faz parte do aprendizado democrático o equacionamento dos conflitos mediante práticas e medidas administrativas que promovam o diálogo e a negociação necessários, sobremaneira no ambiente universitário.

A fragilidade do diálogo entre a Administração da Ufes e os estudantes que ocuparam a Reitoria em 2015/2, diversos prédios em 2016/2 além de diversas sindicâncias por denunciarem fraudadores das cotas raciais, sempre é agravada por uma truculência dos seguranças da Reitoria no trato com estudantes. Não parecem restar dúvidas de que a situação se afastou progressivamente de uma saída consensuada. Deste evento, foram gerados processos que, até a presente data, penalizam indivíduos por uma manifestação que juntou dezenas de estudantes e que não tinha sequer uma direção formal.

Em face da desproporcionalidade da medida disciplinar destinada aos estudantes acima citados, entendemos ser nosso dever, como Conferência de Ações Afirmativas, empenhar todos os esforços para que todos esses processos sejam arquivados imediatamente.

MOÇÃO 3 - FALTA DE REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA MESA DE ABERTURA

Nós mulheres conferencistas da 1ª Conferência de políticas afirmativas da Ufes de 2018, gostaríamos de registrar nossa preocupação e repúdio à falta de representatividade feminina na mesa de abertura deste evento composta por 9 homens e duas mulheres, sendo que as mulheres que compuseram a mesa foram as únicas que respeitaram o tempo de fala de três minutos enquanto os demais homens ultrapassaram e muito ao ponto de atrasarem o evento.

MOÇÃO 4 - SEGURANÇA

Nós, militantes, negros e negras, mulheres, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, população do campo, LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, pansexuais, travestis, transexuais, intersexo, não-binário, assexuais, polisssexuais, queer), repudiamos com veemência a presença da polícia militar nos campi da UFES, para garantir a integridade dos grupos integrantes das políticas de ações afirmativas dessa conferência, em especial aos negros que estão fadados por um Estado racista, hostil e homicida.

MOÇÃO 5 - CONTRA O AUMENTO DO VALOR DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

Frente a realidade caótica e humilhante que nós estudantes viemos passando com o aumento do RU, venho através desta moção de repúdio denunciar a proposta da reitoria da UFES em aumentar o valor da refeição do restaurante universitário (RU) que passou de R\$1,50 para R\$5,00. Aumento proposto da refeição representa índice de 200% em relação ao preço atual.

Tal medida não condiz com o discurso de uma universidade que cada vez mais pretende através de espaços de formação, como esta conferência de ações afirmativas, incluir identidades mas em compensação não oferece condições mínimas para que os estudantes se manifestam dignamente em seus cursos. Vale ressaltar que os direitos humanos à alimentação é um dos pilares de qualquer democracia e uma universidade pública que se prese deveria, no mínimo, cumprir de fato seu papel, garantindo inclusive alimentação gratuita aos estudantes durante sua jornada estudantil.

No entanto, infelizmente ao final de um semestre letivo a atual reitoria desta universidade apresenta proposta desconhecida de aumento abusivo das refeições. Por isso, achamos que já passou da hora de decretarmos um novo modelo de restaurante universitário na UFES que considere a gratuidade das refeições e a transparência da gestão dos recursos financeiros. Vale lembrar que da mesma forma que os estudantes dos ensinos público, fundamental e médio já tem garantido o direito à alimentação gratuita, o mesmo não ocorre com os estudantes do ensino público superior.

Desta forma, nós estudantes que fazemos em nosso corpo/vida nossa luta, nos opomos a tal ação forjada do Estado que tenta precarizar nossos direito, frente a isso, **NENHUM PASSO ATRÁS!**

MOÇÃO 6 - FALTA DE ACESSIBILIDADE PARA PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A comunidade acadêmica da UFES não efetiva as políticas de acessibilidade para pessoas com deficiência, não existe mobilidade no espaço físico e nem uso efetivo dos recursos para possibilitar a permanência dos estudantes na universidade. A docência e a instituição se negam a fornecer acessibilidade no quesito material didático e expositiva (textos em braile e tradutor de libras, pessoas com baixa visão e outras especificidades). Há demandas mínimas não atendidas como as carteiras que servem somente aos destros e os prédios sem rampas e/ou elevadores.

Os recursos são existentes, mas não são efetivamente utilizados. A universidade não está preparada para receber a população como público-alvo da educação especial. Mesmo abrindo vagas de cotas para os estudantes ingressarem, a UFES não acolhe estas pessoas.

MOÇÃO 7 – REPÚDIO À FORMULAÇÃO DOS CURRÍCULOS VIGENTES

Por compreendermos a importância que o objetivo geral assume para pensarmos os sujeitos da educação em sua diversidade e plasticidade subjetiva no existir com direito realçamos que o nosso alvo não é somente darmos conta de contemplar e ou ver representados o público-alvo desta política de ação afirmativa.

A exemplo ao falarmos em população LGBT e LGBTfobia o que estamos pautando e problematizando é o sistema sexo-gênero e as hierarquias e privilégios que advém desse sistema.

Ao pautarmos as questões Étnico-raciais estamos problematizando os privilégios da branquitude e suas formas de opressão de outros povos e populações.

Quando pautamos as questões dos povos tradicionais e populações do campo estamos considerando que o alvo do currículo seria problematizar os latifúndios, agroindústria, relação cidade-campo. Quando pautamos as questões indígenas e quilombolas como alvo do currículo estamos problematizando o epistemicídio a privatização de terra e de água. Quando pautamos as questões de gênero estamos problematizando o masculino, o machismo e seus privilégios.

Ou seja, que estas populações e as que venham a acontecer sejam tratadas como figuras exóticas dos currículos. Não somos nós sujeitos a serem estudados, pesquisados e sim os privilégios da sociedade branca, masculina, heterossexual e cristã.